

Título: Projeto de Alfabetização
DF / Entorno

Autor: GTPA / DF

Data: 1999

PROJETO DE
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS DO
GRUPO DE TRABALHO PRÓ-
ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL E ENTORNO
GTPA-DF
1999

ENTIDADES EXECUTORAS:

CEPAFRE - Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia
(criado em 1989)

CEPACS - Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e
Cultura de Sobradinho
(criado em 1988)

INTRODUÇÃO

O analfabetismo é inaceitável no mundo moderno. O Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (CEPAFRE) e o Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura (CEPACS), tendo a colaboração com outras entidades de educação popular, sob supervisão do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF e Entorno (GTPA-DF) e da Universidade de Brasília, apresentam este projeto par a captação de recursos que serão aplicados para a alfabetização de jovens e adultos que, por motivos diversos, ainda não foram alfabetizados.

Esta proposta visa a continuação de um trabalho que começou em 1985, fruto da integração do movimento popular e da Universidade de Brasília. Posteriormente, esse esforço se ampliou e se consolidou, com a criação de organizações não governamentais, com a institucionalização de projetos e com a realização de numerosos cursos de alfabetização, muitos no âmbito do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos – PROALFA, instituído pela Lei 849, de 08 de março de 1995, que tiveram o apoio de várias instituições nacionais e internacionais¹.

Pretende-se agora, com uma equipe de educadores pertencentes a organizações não governamentais com experiência nesse tipo de atividade, alfabetizar um contingente de cerca de 1.650 pessoas jovens ou adultos, em diferentes regiões do DF, e capacitar 293 alfabetizadores. Será adotado o método Paulo Freire e o período de duração do projeto é de seis meses.

Considerando-se a grande importância da comunicação escrita e da disponibilidade de recursos educacionais, a sociedade brasileira tem que se mobilizar para erradicar o analfabetismo e, desse modo, contribuir para que todos os jovens e adultos brasileiros possam exercer a plena cidadania.

02. OBJETIVO GERAL:

Contribuir com o processo de erradicação do analfabetismo entre Jovens e Adultos no Distrito Federal, considerando os pressupostos estabelecidos na Lei Orgânica do DF e no Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos -PROALFA/DF.

03. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Contribuir para a efetividade do PROALFA/DF, propiciando as condições institucionais e legais para a realização do processo de alfabetização no Distrito Federal;
- b) Contribuir, durante o processo de alfabetização, com exercício da cidadania e o despertar do senso crítico, estimulando alfabetizando e alfabetizadores a se perceberem na condição de atores-sujeitos de mudança social;

¹ Maiores detalhes sobre o histórico das atividades relacionadas a este projeto e às organizações envolvidas podem ser encontrados no documento PROJETOS INDIVIDUAIS DAS ENTIDADES EXECUTORAS - CEPAFRE CEPACS, disponível na UnB, Faculdade de Educação, GTPA/DF .

- c) Construir com os alfabetizandos um sentido de responsabilidade a dar continuidade ao conhecimento adquirido, prosseguindo com matrícula na Rede Pública do Ensino Oficial;
- d) Avaliar e programar, ao final do projeto, as metas de ampliação do atendimento e as possibilidades de continuidade do processo educativo dos alfabetizandos.

04. METODOLOGIA

A metodologia aplicada historicamente nesse trabalho está fundamentada no Método Paulo Freire, revisitado e adaptado às realidades específicas e imediatas que abordamos no DF. Seus principais fundamentos e princípios são:

- 1- a alfabetização para jovens e adultos vai além da aquisição da linguagem escrita;
- 2- o alfabetizando é percebido e estimulado a se perceber como um sujeito com identidade própria;
- 3- o ato de ensinar é um ato de aprendizado e não pode estar isolado do cotidiano dos envolvidos;
- 4- o método é aplicado por alfabetizadores recrutados entre os membros da comunidade, com capacitação para o ensino (pessoas que concluíram o primeiro grau ou estejam cursando o segundo grau);
- 5- os alfabetizadores são capacitados interativamente, tendo que passar por um período mínimo de 06 meses na condição de observadores, quando atuam como auxiliares dos alfabetizandos e dos alfabetizadores;
- 6- assim, as turmas de alfabetização são compostas da seguinte forma:
 - a) os alunos (alfabetizandos);
 - b) o alfabetizador (coordenador);
 - c) os observadores (potenciais alfabetizadores / coordenadores);
 - d) o supervisor, que vem a ser um agente capacitado interativamente, ou seja, alguém que já tenha sido um observador e alfabetizador / coordenador, com extensa experiência no trabalho e no método;
- 7- todos os passos metodológicos são balizados pelos referenciais da reprodutividade e sustentabilidade do método e pelo desenvolvimento humano dentro de processos comunitários e locais.

Neste projeto pretende-se ainda oferecer aos alfabetizandos a oportunidade de aprender os fundamentos do uso de computadores. Para isso, estamos desenvolvendo uma metodologia adequada e estabelecendo contatos com instituições como o Centro de Democratização da Informática (CDI) e com empresários do setor, para que sejam disponibilizados computadores para os alfabetizandos.

O Projeto já está formalmente institucionalizado, nos termos do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos - PROALFA/DF (Lei 849/95). A gestão é descentralizada e participativa, envolvendo diversas entidades parceiras, que atuam nos termos do organograma abaixo.

Lamentavelmente, a referida institucionalização não se refletiu na prática, e o trabalho vem sendo desenvolvido por abnegadas ONGs locais, com o mais elevado senso de responsabilidade e espírito público.

05. ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

O presente projeto está sendo apresentado por duas ONGs, o Centro de Educação Paulo Freire (CEPAFRE), de Ceilândia, e o Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho (CEPACS), que trabalharão de maneira integrada com outras ONGs que atuam na mesma área, sob a supervisão do GTPA/DF.

O CEPAFRE, entidade fundada em 1989 a partir dos esforços desenvolvidos pelo movimento popular, com o apoio da Universidade de Brasília, tem participado de inúmeros cursos de alfabetização. Também tem contribuído para busca de soluções para o analfabetismo, participando de congressos e da elaboração da Lei Orgânica do DF. Seus trabalhos de alfabetização e de formação de alfabetizadores, muitos dos quais junto de outras ONG que atuam na mesma área, têm recebido apoio financeiro e material de inúmeras entidades nacionais e internacionais.

O CEPACS foi criado em 1988, a partir de um trabalho em conjunto com o CDS – Centro de Desenvolvimento Social de Sobradinho, da UnB e da Diretoria Regional de Ensino de Sobradinho e, desde então, realizou inúmeras atividades e alfabetizou centenas de pessoas na região de Sobradinho. Também possui grande experiência em trabalho integrado com outras entidades.

Para as atividades previstas neste projeto, o CEPAFRE abrigará as entidades parceiras e executoras localizadas na região oeste, e o CEPACS abrigará aquelas localizadas na região leste do Distrito Federal, todas relacionadas nos respectivos projetos. Tal prática foi estabelecida para assegurar a unidade, a harmonia metodológica e operacional e uma abordagem estrutural do Projeto.

Serão entidades parceiras do CEPAFRE e executoras das ações sob sua coordenação: Associação Comunitária da Expansão do Setor "O" (ACESO); Grupo de Alfabetizadores de Brazlândia (GAB); Núcleo de Alfabetização de Jovens e Adultos (NAJA). Essas entidades atuarão nas cidades de Ceilândia, Brazlândia e Santa Maria.

Serão entidades parceiras do CEPACS e executoras das ações sob sua coordenação: Associação Comunitária dos Carroceiros de Planaltina; Centro de Desenvolvimento Cultural do Paranoá (CEDEP); Círculo Operário do Cruzeiro (COC); Centro de Educação Popular de São Sebastião (CEPSS); Plano de Trabalho para Educação de Jovens e Adultos da UnB (PET/ Educação/UnB). Essas entidades atuarão em Sobradinho, Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Cruzeiro e PET – São João da Aliança.

Um projeto paralelo de capacitação dessas outras organizações vem sendo desenvolvido, para que, num futuro próximo, as mesmas possam atuar diretamente na captação e gestão de recursos destinados à missão de extirpar o analfabetismo da nossa realidade.

Em última análise, as entidades gestoras respondem pelo bom desempenho do Projeto, bem como por todas as responsabilidades pertinentes perante aqueles que

se disponham a fomentar o trabalho de alfabetização de jovens e adultos, ficando claro que as demais estão capacitadas do ponto de vista pedagógico, sendo objeto de acompanhamento sistemático das instâncias competentes do GTPA/DF.

06. METAS

- a) Contribuir com o processo de alfa-numerização de 1.650 pessoas no Distrito Federal no período de setembro de 1999 a fevereiro de 2000;
- b) Envolver diretamente, no período de 06 meses, 66 alfabetizadores, 132 observadores, 14 supervisores e 02 (dois) administradores de projeto;
- c) Realizar a abertura de 66 turmas de alfabetização de jovens e adultos;
- d) Formar e capacitar 293 alfabetizadores ao longo do processo de alfabetização;
- e) Orientar e encaminhar os alfabetizandos na continuidade dos seus estudos e, ao mesmo tempo, mantê-los ligados a todo o processo de alfabetização de novos alunos ocorrentes nas suas respectivas comunidades;
- f) Provocar mudanças de atitude na comunidade quanto à preservação do meio ambiente como forma de garantir sobrevivência dos seres da Terra, economizando energia e água e promovendo a coleta seletiva do lixo;
- g) Incluir no conteúdo de alfabetização o acesso à informática, visando à democratização do conhecimento tecnológico disponível hoje;
- h) Fazer teste de acuidade visual, afim de diagnosticar se existem alfabetizandos com problemas visuais, caso seja constatado algum problema visual em algum dos alfabetizandos, viabilizar meios de encaminhá-los a um oftalmologista da rede pública de saúde.

07. ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

A execução das atividades de alfabetização será efetuada descentralizadamente, em consonância com os objetivos, metas, condições de funcionamento e de recursos. da mesma forma, será feito o acompanhamento, o controle e a avaliação, observando-se, sistematicamente e em processo, a qualidade do trabalho e sua coerência com a proposta pedagógica, bem como o cumprimento das metas previstas no respectivo projeto.

Os sujeitos diretamente envolvidos no processo, tais como os alfabetizadores, os coordenadores e os observadores, ao final dos círculos de cultura (aulas), avaliam o desenvolvimento daquele dia. Além disso, são realizados encontros mensais, em que são formuladas e planejadas as atividades, bem como a avaliação do andamento das turmas. Ao final do projeto, será realizado um encontro com supervisores, alfabetizadores, observadores com o objetivo de avaliar todo o Projeto. Os resultados obtidos pelo projeto poderão vir a ser apresentados em encontros regionais ou nacionais de alfabetizadores.

08. RECURSOS NECESSÁRIOS

Recursos Humanos:

Para que se possa, no período de seis meses, alfabetizar 1.650 pessoas, divididas em 66 turmas, e formar 293 novos alfabetizadores, são necessários :

66 alfabetizadores,
132 observadores,
14 supervisores e
02 (dois) administradores de projeto.

Recursos Financeiros:

Item	Valor (R\$)
Pagamento de pessoal (as 214 pessoas citadas acima) ao longo de todo o projeto	113.424,00
Material de Consumo	7.357,00
Vale transporte para os alunos e educadores e cópias xerox	55.687,00
Testes de acuidade visual, exames de vista e doação de óculos (exames em cerca de 35% dos alfabetizandos)	28.900,00
TOTAL	205.368,00

09. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

As atividades do projeto devem cobrir o período entre agosto de 1999 e fevereiro de 2000, de acordo com o cronograma mostrado abaixo:

Atividades	ago/99	set/99	out/99	nov/99	dez/99	jan/00	fev/00
Elaboração do projeto	X						
Formação das turmas		X					
Início das aulas		X					
Etapa da alfabetização		X	X				
Etapa da pós-alfabetização				X	X		
Etapa da numerização						X	X
Capacitação de alfabetizadores		X	X	X	X	X	X

10. INFORMAÇÕES GERAIS

O presente projeto será apresentado para possíveis patrocinadores. Uma maneira de se ratear o valor total (R\$ 205.369,00) seria dividi-lo em 20 cotas de R\$ 10.000,00 cada e (1) uma cota de R\$ 5.369,00. Desse modo, cada patrocinador poderia contribuir com o número de cotas que desejasse. Entretanto, os colaboradores não precisam ficar restritos a essa fórmula, e se adaptarem de acordo com as suas conveniências.

As empresas que se associarem ao projeto terão suas logomarcas divulgadas em todos os eventos, bem como impressas em todos os materiais didáticos e pedagógicos.

Brasília, Agosto de 1999.

OK
Grupo "B"

Avaliação 95

Alfabetização

Relat.

↓ Brasília - através de visitas
aos alunos

↓ Sambamba - através de visitas
N. S. B. - teve muitos problemas
com horário para forma-
ção das turmas. Falta de divulgação

↓ Valparaíso - processo de pesquisa
p/ formação das
turmas

Assessoria Especial
Alfab. da Terceira
Idade . F E D F

} o funcionamento
de se deu nos lo-
cais que eles se
reunem p/ as ati-

vidades sociais

Entendendo: que o objetivo maior
do trabalho é a reintegração
do idoso na sociedade.

Filândia CEPARFE - teve como prioridade - o servidor público, completando os temas com a comunidade.

- houve dificuldade na divulgação do trabalho

SECONCE - local de trabalho, (trabalha no próprio canteiro da const. de obras civis).

São Sebastião - em processo de formação de turmas

(13) (2)

✓ Reilândia - assistência foi boa
CEPAFRE - exposição das dificuldades e vícios

Eus. Esp. foi boa.
SECONCE

Eus. Esp. } - a assistência
3ª idade } foi excelente

✓ Sambuca - Foi proveitoso porém,
DRE questões da metodologia
são dever^{em} ser mais
aprofundadas

* dificuldade dos monitores
para trabalhar a pedagogia
sem perder no método. ~~que~~
~~é muito boa~~.

③ ②

Brazlândia - o tempo foi
curto para um melhor
aproveitamento e enriquecimento
do curso

* nota-se a necessidade de uma
melhor preparação para os obser-
vadores.

③ -

↓ C. CEPARFE - boa atuação
dos observadores

↓ Samambuca - boa vontade e interesse
N.S.C. pelo trabalho

* necessidade de um incentivo
maior para o trabalho.

- formação dos observadores

- questão financeira.

* O SECONCI e o Ens. Esp. da 3ª
idade não têm observadores

(4)

SE CONCE - O aproveitamento
foi bom com cerca
de ≈ 120 certificados entregues

Ens. F. S. P. { foi bom e houve desus-
da 3^a idade - { pouco maior que o esperado

Jamambaia { foi bom.
D. S. G. { * houve problemas
com alunos que tem
dificuldade visual e/ou
auditiva.

Brazlândia - muita evasão escolar
devido ao fato de os
alunos morarem na
Zona Rural e se mudam
constantemente

Zona Urbana - o interesse é
menor.

(5)

grupo "B"

Samambai'a - se deu através
U.S.O. de reuniões e DRE

DRE

↓ Dificuldade do remaneja-
mento de verbas junto a essas
parcerias para o bom desenvolvi-
mento do trabalho.

Brasília - apoio maior da admi-
nistração
houve relacionamento dif-
cil com a DRE

Celândia CEPARE -

* A questão (6) do Relatório é bas-
tante responsável na questão
(5)

IV ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO DF E ENTORNO

Brasília-DF, 16 de dezembro de 1995.

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho PRÓ-ALFABETIZAÇÃO do DF e Entorno - GTPA e o Fórum Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do DF - FORALFA, organizaram e realizaram o IV Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF e Entorno, no dia 16 de dezembro de 1995, das 13:30 às 18:00 horas, no Auditório da Universidade Católica de Brasília - UCB.

O referido Encontro ocorreu tendo em vista o desenvolvimento das atividades no âmbito do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do DF - PROALFA, que vêm sendo realizadas desde julho de 1995, concluindo a meta de alfabetizar 9.500 pessoas neste ano.

Este resultado, embora ainda modesto para o alcance dos propósitos programáticos, eleva em 50% o número de pessoas atendidas pelo Programa, que também teve sua área de inserção ampliada e suas ações estão sendo efetivadas em 12 (doze) regiões administrativas, quais sejam: Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Brazlândia, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Sobradinho, São Sebastião, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Cantagolândia, Guará e Plano Piloto, além dos Municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental e Luziânia (Entorno do DF), Nucleo Bandeirante, Candangolândia e Guará.

Assim, considerando estes resultados incipientes já evidenciados neste primeiro ano de implementação do Programa, as repercussões de sua dimensão político e social, o Encontro teve como objetivos avaliar a experiência de alfabetização de jovens e adultos, realizada em 1995, em parceria e dentro da concepção político-pedagógica, de execução e gestão participativa o que fundamenta.

Com esta perspectiva, o IV Encontro integrou como público participante as representações a seguir nominadas e que são parte da gestão e operacionalização do PROALFA: supervisores, alfabetizadores, observadores, coordenadores do ensino supletivo, diretores das Divisões Regionais de Ensino (DRE's), diretores de escolas públicas, administrações regionais, representantes do GTPA/DF e Entorno e GTALFA (Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização dos Servidores do GDF), representantes de Universidades, da Fundação Educacional do DF - FEDF e a coordenação do FORALFA.

Estas representações tiveram suas participações no evento, fundamentadas por discussões substantivas realizadas em suas áreas de atuações, em caráter preparatório e com o envolvimento de todos os integrantes dos projetos em nível local, que foram feitas subsidiadas pelo roteiro a seguir apresentado, elaborado e distribuído pela comissão organizadora:

ROTEIRO ÀS DISCUSSÕES PREPARATÓRIAS PARA O IV ENCONTRO

1. AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

1.1. Como se deu o processo de organização e funcionamento das turmas?

- 1.2. Como foi a assistência pedagógica e a formação dos alfabetizadores?
- 1.3. Qual o desempenho/atuação dos alfabetizadores, observadores e supervisores?
- 1.4. Qual a avaliação sobre o aproveitamento dos alfabetizados?
- 1.5. Como se deu a interação entre entidades civis e instituições públicas (FEDF, UEJA, DREs, Escolas, Administrações Regionais e Universidades) ?
- 1.6. Como podemos caracterizar a qualidade das parcerias no Programa?

2. PERSPECTIVAS DE TRABALHO PARA 1996

- 2.1. Quais as condições necessárias para a continuidade do Programa?
- 2.2. Quais as medidas que precisam ser adotadas para assegurar a fase II aos alunos do Programa?
- 2.3. O que se pode fazer para buscar maior participação das normalistas no Programa?
- 2.4. Quais as alternativas para a expansão do Programa às demais Regionais?
- 2.5. Que articulações precisam ser intensificadas com os Poderes: Legislativo e Executivo para o melhor desempenho do Programa?

"ALFABETIZAR É LIBERTAR"

2. DESENVOLVIMENTO DO ENCONTRO

A programação do IV Encontro iniciou-se às 14:00 horas mediante a instalação da mesa de trabalho, que foi constituída pela Professora ISAURA BELLONI, Diretora Executiva da FEDF, representando o Secretário de Educação do DF; Professora ENEIDA MACHADO, Diretora da Unidade de Educação de Jovens e Adultos - UEJA/FEDF e conferencista do tema: "O Analfabetismo no contexto sócio-educativo do DF e Entorno"; Professora CLEIDE MARTINS DA SILVA, Diretora da Escola Classe 206 - Sul e conferencista do tema: "O Impacto do Neoliberalismo na Educação Brasileira", sob a coordenação do Sr. Francisco Gois de Oliveira - DEX/UnB.

A abertura oficial dos trabalhos foi realizada pela Prof^a. Eneida Machado, então representando a Diretora Executiva da FEDF e o Secretário de Educação do DF, tendo em vista que a Prof^a. Isaura Belloni, incumbida desta representação, encontrava-se naquele instante participando de uma solenidade como paraninfa dos formandos da Escola Agrícola de Planaltina.

Feita a abertura solene, a Profa. Cleide Martins passou a discorrer sobre o tema: "O Impacto do Neoliberalismo na Educação Brasileira", recorrendo ao processo histórico da organização e funcionamento da sociedade, e contextualizando a história da educação, se reportando aos fundamentos do feudalismo, do mercantilismo, ao pré-capitalismo, ao fisiocratismo, ao liberalismo econômico, à economia capitalista keynesiana e seus impactos sobre o estatismo, bem como sobre a

economia moderna, sob a égide do liberalismo e o modernismo da economia global com a formação de blocos, sob a influência do chamado neoliberalismo.

Neste contexto, a palestrante suscita as seguintes reflexões que têm relação ou repercussões sobre a qualidade da educação brasileira:

. o discurso da falência do Estado como agente fomentador e intervencionista no processo de desenvolvimento econômico, político e sócio-cultural, caracterizando como "minimalista"; e que, nessa perspectiva, defende a restrição de suas funções as chamadas atividades típicas do Estado. E, sob esta argumentação, encontra-se justificativa para a transferência do patrimônio público à iniciativa privada; defende a eliminação de direitos e benefícios de segurança social: defende a qualidade total como princípio para a realização do lucro e da acumulação do capital, sem considerar os custos e consequências sociais para o povo brasileiro, ou seja, sem o significado de qualidade de vida para a maioria da população.

. e, ainda, a subordinação a esta lógica da economia mundializada, tem como consequência a realização da produção radicada às necessidades do mercado global, se contrapondo às reais necessidades da sociedade local, muitas vezes impondo sacrifícios, tais como: o desemprego acentuado, informalização das relações de trabalho, terceirização, flexibilização das relações e garantias sociais, rebaixamento de salários e a chamada realidade tarifária, ou seja, aumento de preços, tarifas e serviços. Toda esta política, articulada e ideologicamente fundamentada, tem sido trabalhada pela "mídia" em escala planetária, contribuindo para forma opinião favorável a sua consecução e ao alcance de seus objetivos, causando um certo entorpecimento do inconsciente coletivo, haja visto que ainda não tem havido grandes manifestações sociais de repúdio ou de reprovação a esta política, muito embora seus efeitos sejam evidentes no cenário de exclusão social existente em todos os países, do sub ao primeiro mundo.

Apesar da abordagem, da substância analítica, dos elementos trazidos à reflexão, ser bem real e, numa percepção mais apressada ou linear permitir leituras ou conclusões a-históricas ou niilistas, caracterizar um cenário de dificuldades de atuação dos sujeitos e atores sociais que assumem projetos de perspectivas de superação e de transformação do quadro evidenciado, já começam a serem explicitadas algumas manifestações substantivas que transcendem experiências anteriores, bem como potencializam alternativas à (des)ordem hegemônica ou pensada como tal, mostrando que a história não condiz com visões de inexorabilidades.

Concluída a exposição feita pela profa. Cleide Martins, a coordenação da mesa passou a palavra para a Professora ISAURA BELLONI, Diretora Executiva da Fundação Educacional do DF, representando o Secretário de Educação do DF, que pessoalmente justificou sua ausência no início das atividades do dia. Em seguida, passou a relatar a política de educação do Governo Democrático e Popular, sob a compreensão da integralidade programática, referindo-se as principais iniciativas que a consubstancia, tais como o Programa Bolsa Escola; os Projetos Vira Brasília, Educação: Combate à Repetência; Classes de Reintegração dos Alunos Expulsos da Escola e a concepção e desenvolvimento do Programa de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do DF - PROALFA, que articulados à implementação da gestão democrática nas escolas, constituem mecanismos essenciais para mudar o padrão da qualidade do ensino do Distrito Federal.

Especificamente no tocante à alfabetização de jovens e adultos a Profa. reafirma os compromissos de governo e, até mesmo pessoal, para tanto recupera sua experiência de educadora, inclusive com atuação na área de alfabetização de adultos desenvolvida na década de 60. Mas não se trata apenas de resgatar o passado e sim apresentar as respostas que a sociedade necessita nesta área. Com esta compreensão não só instituímos o PROALFA, desenvolvido e gerenciado mediante parcerias com instituições públicas e civis do DF e Entorno, como também adotamos providências para fechar as portas das fábricas do analfabetismo, provendo as Escolas com as salas, equipamentos, recursos pedagógicos e professores suficientes e qualificados para atender toda a demanda do ensino do DF.

Por último, enfatizando a gestão democrática nas escolas como um processo novo a ser construído no fazer, tendo como princípios a participação, a responsabilidade, o benefício e

compromisso social, a articulação e integração das ações e a descentralização político-administrativa, implicando no exercício do reconhecimento e valorização daqueles que executam diretamente o trabalho, também, como atores do processo decisório. É com este entendimento que, ora, delegamos à Professora Eneida Machado a responsabilidade de proferir a palestra: "O Analfabetismo no Contexto Sócio-Educativo do DF e Entorno", pois julgamos justo e pertinente, face a sua competência pessoal e as responsabilidades que assume frente à UEJA.

Após esta breve e elucidativa explanação, de afirmação dos compromissos políticos-sociais da representação do GDF no evento, assumiu as funções de palestrando a Professora ENEIDA MACHADO que iniciou sua conferência fazendo uma recuperação da história das iniciativas com vistas a resolução da questão do analfabetismo no DF, procedendo um recorte e estabelecendo como marco, o ano de 1985 se reportando às atividades então ocorridas na Escola Normal de Ceilândia, com o concurso da direção daquele estabelecimento, de instituições religiosas e de estudantes mestrandos da UnB. Também refere-se às contribuições da então Fundação Educar, que gerenciava o Programa Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, comentando seu processo de descaracterização e sua conseqüente inefetividade quanto à capacidade de responder às demandas de alfabetização de jovens e adultos, até chegar a inexistência de programas institucionais para esta área, quando ocorreu a extinção da Fundação Educar em 1990.

A partir de então, na ausência de programas orgânicos e de maior abrangência social e institucional, as ações referentes a alfabetização de jovens e adultos passaram a ser desenvolvidas paralelamente, ou com pouca articulação, pelas instituições e/ou entidades civis, através projetos pontuais que atendiam demandas locais, na ausência do Estado, e pela Fundação Educacional mediante o projeto de extensão, operacionalizado na forma de convênio com Instituições e Entidades públicas e civis.

Ressalta a qualidade da articulação da sociedade civil, suas práticas alfabetizadoras, seu processo de formação político-pedagógica que inspirado nos princípios da educação libertadora do educador Paulo Freire, também entende a questão do analfabetismo como essencialmente política. Neste sentido, enfatiza seu processo organizativo e de atuação política, contribuindo para estabelecer metas de resolução do analfabetismo na Constituição de 1988. E ainda concretizando suas convicções no processo organizativo, político e institucional estas entidades e instituições realizaram em 1990 o "I Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF" (Auditório - FT/UnB), onde, além das propostas e resoluções políticas, teve como resultado a ratificação do GTPA/DF, criado em 1989, como espaço de articulação, avaliação, proposição e encaminhamento de ações relativas à alfabetização de jovens e adultos.

Ainda no curso desse processo, posteriormente realizou-se o II e III Encontros, respectivamente, em 1992 e 1994, sendo que o II deliberou sob a atuação do GTPA no processo legislativo e de elaboração da Lei Orgânica do DF, tendo concluído com a apresentação de Emenda Popular, estabelecendo um elenco de iniciativas que institucionalizam e implica o Estado como responsável pela implementação de políticas públicas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos do DF. Esta iniciativa popular foi encaminhada à Câmara Legislativa do DF com mais de 2000 mil assinaturas e logrou aprovação e incorporação ao texto final da Lei Orgânica do DF (art. 225, Parágrafo Único e art. 45 das Disposições Transitórias).

O III Encontro foi organizado e realizado no dia 5 de dezembro de 1994, no bojo da campanha política para o 2º turno das eleições para o governo do DF, e teve como objetivos "avaliar as estratégias para concretizar as políticas enunciadas na Lei Maior do DF, bem como as iniciativas a serem adotadas segundo os resultados do processo eleitoral e do perfil do governo a ser empossado. Em suas conclusões ratificou a proposta de Programa Permanente de Alfabetização no DF, de indicação do GTPA para o GDF, com vistas a ser implementado no período de 1995/1998, além de apresentar e encaminhar mais 16 propostas e resoluções ao governo eleito do DF (vide relatório do III Encontro).

A partir da posse do Governo Democrático e Popular, o GTPA/DF encontra, com mais facilidade, audiência às suas proposições, inclusive, mediante a incorporação de várias de suas

reivindicações no Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do DF, aprovado pela Lei nº 849, de 08 de março de 1995, que em seu enunciado consubstancia legalmente vários princípios e condições político-pedagógicas resultantes das discussões e avaliações constantes do documento final do III Encontro.

Atendendo a um dos princípios defendidos pelo GTPA, o do gerenciamento participativo, com o concurso da sociedade civil, foi constituído o "Fórum Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos do DF e Entorno, em / / 95 e nos dias 26 e 27 de maio de 1995, no Auditório da FT/UnB realizou-se o seu I Encontro com objetivos de discutir a sua organização, seu caráter, composição e forma de funcionamento, bem como estabelecer a responsabilidade dos diferentes parceiros.

O Fórum é um órgão de assessoria, consultoria e de proposição de políticas aos gestores e executores do Programa; é constituído por representantes de todas as instituições e entidades integrantes do Programa e sua coordenação executiva tem 02 representantes de instituições do GDF, 02 representantes de universidades e 02 representantes de entidades civis.

Neste primeiro ano de experiência, 1995, o Programa foi executado mediante o estabelecimento de convênios com 05 entidades civis, em parceria com as DRE's locais, além da inclusão das turmas de supletivo Fase I e II da FEDF implementadas nas diferentes regionais de ensino e da articulação com as turmas de alfabetização da UCB e de outras modalidades de convênios entre a FEDF/Entidades, tendo concluído a meta de 9.500 atendimentos em alfabetização e educação básica.

Como perspectiva à continuidade e melhoria do desenvolvimento do Programa, coloca-se a necessidade de ampliar as parcerias nas diferentes localidades do DF, tendo em vista a meta de se concluir 25.000 mil alfabetizações em 1996. Nesse sentido, a articulação do GTALFA, envolvendo os órgãos do GDF na responsabilidade de alfabetizar seus servidores, é uma experiência alentadora e conseqüente. Mas, não bastam essas iniciativas organizativas, há que se assegurar os meios e recursos necessários à concretização dessa Meta. Para tanto, se faz necessário melhorar a política de fomento ao programa. Nessa perspectiva foi encaminhado pela Secretaria de Educação o Anteprojeto de Lei que institui o Fundo de Alfabetização do DF - FUNALFA, à Câmara Legislativa, fazendo-se necessário o desencadeamento de ações junto aos parlamentares para agilizar sua tramitação e aprovação.

Concluindo sua palestra a Professora Eneida Machado ressalta o desafio de buscar maior articulação e organicidade entre as ações do PROALFA com os demais programas setoriais do GDF, onde sejam observadas as responsabilidades definidas no Documento final do I Encontro do Fórum e no âmbito da FEDF, há necessidade de melhorar o planejamento para gerar vagas na educação básica com vistas a atender à demanda decorrente da expansão das atividades do Programa, bem como, seguindo a mesma dinâmica de desenvolvimento, ampliar a oferta de ensino nas fases III e IV do Supletivo.

Terminada essa fase de palestras, debates e esclarecimentos, o evento que, até então, contava com a participação de 89 pessoas, representando 25 entidades e instituições, prosseguiu com sua programação de trabalho mediante as atividades de grupos resultantes da organização do plenário em 6 grupos, constituídos de participantes de comunidades distintas, e que durante 1 (uma) hora sedimentaram, compatibilizaram e sistematizaram suas conclusões, a seguir apresentadas, no teor e na forma em que foram aprovadas pelo plenário.

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA 1996

1. AVALIAÇÃO

1.1. O processo de organização e funcionamento das turmas de alfabetização deu-se do seguinte modo: a) pesquisa de campo com visitas domiciliares e a locais de cultos religiosos, além de contatos com pessoas em paradas de ônibus; b) grande divulgação e pesquisas feitas pelas entidades nos finais de semana; c) para a terceira idade aproveitou-se o espaço das atividades sociais já existentes; d) houve cidade em que os alfabetizandos procuraram diretamente os locais das turmas de alfabetização em funcionamento; e) as turmas foram formadas com a participação dos normalistas, quando presentes no Programa; e) o CEPARE deu prioridade a alfabetização dos servidores públicos do GDF, havendo dificuldades na divulgação do programa refletida na inclusão de servidores já alfabetizados nas listas encaminhadas pela Administração Regional. Constatou-se a dificuldade de horário na formação das turmas.

1.2. Constatou-se que neste ano de 1995, diferentemente de anos anteriores, a UEJA não só facilitou, como estimulou a orientação pedagógica, em particular, baseada nos princípios pedagógicos de Paulo Freire.

Formação dos Alfabetizadores - foi unânime a constatação de que tem sido pouco o tempo de formação dos alfabetizadores de Jovens e Adultos, comprometendo em alguns casos a aplicação dos princípios pedagógicos propostos. A formação dos alfabetizadores tem sido feita na sua grande maioria pelas entidades da sociedade civil, utilizando textos e videotapes, procedendo sem tradicionalismo.

Assistência pedagógica - avaliou-se de boa a excelente, entretanto algumas questões foram constatadas: falta de adesão de parceiros, aspectos administrativos priorizados em detrimento dos pedagógicos, falta de material de apoio pedagógico (principalmente cartazes).

1.3. No geral foi satisfatório o desempenho dos alfabetizadores, sobretudo no compromisso com o trabalho, não se constatando problema de desistência. O desempenho dos observadores foi satisfatório, tendo algumas turmas que não dispõem de observadores (SECONCI e Terceira idade, por exemplo). Os Supervisores corresponderam satisfatoriamente, requerendo em alguns casos mais informações administrativas sobre o desenvolvimento do Programa.

1.4. De modo geral, o aproveitamento dos alfabetizandos foi muito bom, inclusive os de terceira idade, havendo problemas de evasão por mudança de endereço, principalmente na zona rural. Constatou-se dificuldades no desempenho dos alfabetizandos decorrentes de deficiências visuais ou auditivas.

1.5. A interação entre entidades civis e instituições públicas (FEDF, UEJA, DREs, Administrações Regionais e Escolas) constituiu um MOMENTO NOVO em 1995, enquanto Programa de Governo e exercício de parcerias. As principais dificuldades localizaram-se na própria gerência do Programa (estabelecimento de convênios, gestão de recursos financeiros, atraso de pagamento de alfabetizadores, distribuição tardia dos vale-transportes, atraso na aquisição e confecção do material de apoio pedagógico), nas relações pouco comprometidas das DREs e Administrações Regionais de algumas cidades, na falta de envolvimento e normas rígidas de direções de escolas para a liberação do espaço físico.

1.6. A qualidade das parcerias do Programa ficou caracterizada no item 1.5., sobretudo pelo NOVO MOMENTO de 1995.

PERSPECTIVAS/PROPOSTAS DE TRABALHO PARA 1996

2.1 Condições necessárias para a continuidade do Programa:

- .Determinação política do Governo (SE/FEDF/UEJA) para que as escolas cumpram as LEIS (Orgânica Art. 225 e Art.45 DT e a 849/95) e o Decreto 16.830/95.
- .Implementação de uma Política Pública de Alfabetização integrada em sua concepção e operacionalização, considerando crianças, jovens e adultos na Educação Básica.
- .Maior reconhecimento por parte da FEDF do trabalho de alfabetização desenvolvido pelos setores organizados da sociedade civil, inclusive esclarecendo as escolas sobre as parcerias via convênios.
- .Realização de Encontro entre a FEDF e as entidades civis para melhor definir a participação da FEDF, garantindo o espaço físico (inclusive noturno), fazendo cumprir as leis e um bom início dos trabalhos em cada regional.
- .Regularização da UEJA da FEDF (que possa assumir o seu papel), que seja Departamento e possa ter recursos próprios
- .Preocupação do Governo não só de expandir, mas qualificar o PROALFA proporcionando os recursos necessários
- .Gestão democrática nas escolas públicas com participação nos Conselhos Escolares (eleições em fevereiro/96) para garantir o cumprimento das leis, os espaços físicos nos três turnos, o reconhecimento do PROALFA e as parcerias.
- .Agilização da assinatura do Acordo da Secretaria de Governo com a Universidade Católica.
- .Entendimentos a serem mantidos entre a AETI-Assessoria Especial para a Terceira Idade e o SINPRO-DF para que os professores aposentados participem do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.
- .Maior compromisso dos Diretores de escolas públicas com o PROALFA
- .Maior compromisso das entidades civis com o PROALFA
- .Maior participação das parcerias no PROALFA
- .Eleição de uma entidade organizada burocraticamente para ajudar as entidades que ainda não estão organizadas
- .Aumento do tempo de formação dos alfabetizadores e observadores com um mínimo de 15 dias, inicialmente, garantindo a continuidade da formação.
- .Realização de contratos especiais de alfabetizadores que atuam no PROALFA, sem extinguir as parcerias.
- .Garantia de pagamento dos alfabetizadores
- .Pagamento de ajuda de custo e vale-transportes para os observadores, visto que é difícil deixar o trabalho e estudo para fazer observação.
- .Aumento da articulação entre as várias entidades sobre as propostas pedagógicas de alfabetização, aumentando o entrosamento e as possibilidades de parceria
- .Separação das turmas para trabalhar as dificuldades e diversidades
- .Aumento do apoio pedagógico da UnB e FEDF
- .Aumento da mobilização de alfabetizadores e alfabetizandos, formando comissões regionais.
- .Realização do Encontro de Alfabetizadores do DF e Entorno para discutir estratégias de ação e práticas pedagógicas.

2.2. Medidas a serem adotadas para assegurar a FASE II. aos alunos do PROALFA:

- .Aumento da oferta de FASE II. nas escolas públicas nos três turnos
- .Planejamento metodológico do Supletivo-FASE II para garantir os princípios pedagógicos adotados na FASE I-Alfabetização
- .Orientação dos alfabetizadores aos alfabetizandos sobre a continuidade na FASE II, inclusive informando os endereços das escolas públicas.

2.3. Busca de maior participação dos normalistas no PROALFA:

.Operacionalização do Curso de Magistério para assumir o compromisso com a Educação Básica de jovens e Adultos, capacitando seus professores para a formação teórico-prática de normalistas nesta área de atuação

.Inclusão no estágio de normalistas a alfabetização de Jovens e Adultos, conforme a Lei Orgânica Art.45 DT.

.Análise da participação dos normalistas de 3o. ano no PROALFA, devido a sobrecarga de tarefas até então prevista.

.Concessão de Bolsa de metade do Salário mínimo para os normalistas que participarem do PROALFA

.Orientação para que os normalistas envolvidos no PROALFA façam parte da FASE II

.Garantia da combinação adequada da conscientização sobre a alfabetização com a remuneração, no caso dos normalistas

2.4. Alternativas para a expansão do PROALFA às demais regionais de ensino

.Aumento do compromisso das DREs com o PROALFA, assumindo as seguintes tarefas: a) pesquisa regionalizada do número de pessoas não alfabetizadas, começando pela identificação em cada escola pública dos pais não alfabetizados, utilizando os registros existentes nas fichas de matrícula dos alunos; b) divulgação do PROALFA, juntamente com a Administração Regional, utilizando carro de som, cartazes, rádios e outros meios que facilitem o acesso às informações pelas pessoas não alfabetizadas, sobretudo das escolas públicas e outros locais que ofertam a alfabetização; c) realização do mapeamento dos diversos grupos de alfabetização na região para encaminhar as pessoas não alfabetizadas

. Ampliação do trabalho popular com as associações de moradores, igrejas, grêmios estudantis, sindicatos, entidades comunitárias e outros grupos organizados da região.

2.5. Articulações a serem intensificadas com os poderes legislativo e executivo para melhor desempenho do PROALFA:

.Aumento da pressão junto ao governo(SE/FEDF) para o encaminhamento da criação do FUNALFA (Fundo específico para Alfabetização de Jovens e Adultos) como projeto de lei.

.Acompanhamento e pressão organizada junto ao legislativo para aprovação do FUNALFA

.Encaminhamento dos resultados deste Encontro para a Secretaria de Educação/FEDF/UEJA, Conselheiros do Orçamento Participativo e Delegados, Imprensa, TV e Rádio, além de todos os participantes

.Garantia de alocação de recursos financeiros federais e distritais para o PROALFA

MOÇÃO APROVADA NA PLENÁRIA AO IV ENCONTRO

Os participantes do IV Encontro Pró-Alfabetização do Distrito Federal e Entorno aprovaram, por unanimidade, em plenária, a indicação do nome do educador brasileiro Professor Paulo ... Freire para o Prêmio Nobel da Paz, diante da significativa influência no Brasil e nos países da América Latina e África da sua proposta e militância de EDUCAÇÃO LIBERTADORA.

Relação das entidades presentes: ...

ENTIDADES E INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO IV ENCONTRO E SIGNATÁRIAS DE SUAS CONCLUSÕES E PROPOSTAS

- ◆ Assessoria Especial para Assuntos da Terceira Idade - GDF
- ◆ Assessoria Parlamentar - CLDF
- ◆ Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia - CEPAFRE/CEILÂNDIA
- ◆ Centro Popular de Educação e Cultura - CPEC/GAMA
- ◆ Centro de Desenvolvimento e Cultura do Paranoá - CEDEP
- ◆ Grupo de Educadores Populares de São Sebastião
- ◆ Divisão Regional de Ensino de Brazlândia
- ◆ Divisão Regional de Ensino do Gama
- ◆ Divisão Regional de Ensino de Taguatinga
- ◆ Divisão Regional de Ensino de Sobradinho
- ◆ Divisão Regional de Ensino de Samambaia
- ◆ Escola Classe 206 - Sul
- ◆ Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso-FUNAP
- ◆ Fundação Educacional do DF-FEDF/UEJA
- ◆ Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização-GTPA/DF e Entorno
- ◆ Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos/IDR/SEA/GDF
- ◆ Núcleo de Extensão da UnB no Novo Gama - DEX/UnB
- ◆ Paróquia Santo Inácio de Loyla - Samambaia
- ◆ Paróquia Nossa Senhora das Graças - Samambaia
- ◆ Projeto Iniciar Capoeira - Paranoá
- ◆ Sindicato dos Empresários da Construção Civil - SECONCI
- ◆ Serviço Paz e Justiça - SERPAJ/PEDREGAL - GO
- ◆
- ◆ Universidade de Brasília/Faculdade de Educação
- ◆ Universidade Federal de Goiás - UFG
- ◆ Universidade Católica de Brasília - UCB